

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 196
01/02/08 a 08/02/08

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).
Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento, Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini. Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Adriana Suzart de Pádua (bolsista CNPq), Felipe dos Santos, Juliana Yumi Aoki, Celeste de Arantes Lazzerini e Patrícia Carmos.

Polícia espanhola barrou mais de dois mil turistas brasileiros em 2008

Vários passageiros brasileiros reclamaram dos abusos da polícia de imigração espanhola. Os brasileiros foram os mais barrados em Barajas em 2008; em torno de dois mil e quinhentos. Apesar do ministro do Turismo, Luiz Barreto, declarar que houve uma melhora quanto à crise diplomática entre os países, decorrente do endurecimento das políticas de imigração espanholas no primeiro trimestre do ano passado, o mesmo considera que o problema ainda precisa de solução. O ministro reclamou do tratamento dispensado aos brasileiros, reafirmando que respeita as regras e a situação europeia no que se refere à imigração, mas exige o tratamento digno aos turistas. Os dados do Ministério das Relações Exteriores no Brasil revelaram que haveria uma queda de 28% nos pedidos de entrada negados entre 2007 e 2008, mas não se considerou que o fluxo no aeroporto foi menor. Já os dados da polícia de imigração em Barajas direcionaram para o agravamento do problema, com um número de brasileiros retidos maior do que no ano anterior (*O Globo – O País – 01/02/2009; O Globo – O País – 01/02/2009*).

Fórum Econômico aguarda revisão da cláusula protecionista dos EUA



Durante o encontro em Davos, o governo Barack Obama anunciou que irá rever a cláusula “buy American” aprovada pelo Congresso, que proíbe o uso de ferro e aço estrangeiros em obras de infraestrutura financiadas pelo pacote anticrise. A opção de eliminá-la agradou o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, bem como o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, que enxergou nessa proposta o interesse e a disposição do novo governo em manter o comércio aberto. Vários ministros alegaram que a pressão interna para a adoção de medidas protecionistas é grande. Lamy, já receoso com a “recessão” do comércio causada pela crise mundial e considerando outras medidas protecionistas em vigor, criticou a tentativa de desdenhar o Consenso de Washington, o que, para o diretor, seria um grande erro. Com relação ao sistema de monitoramento de atitudes protecionistas instalado pela OMC, Amorim declarou que a melhor opção para a crise seria concluir o quanto antes a Rodada Doha, pois a abertura contribuiria para a saída imediata da crise. Os ministros reunidos mantiveram o compromisso de finalizar a Rodada Doha, concordaram em renunciar à criação de novas barreiras ao comércio de bens e serviços, às restrições à exportação ou à adoção de medidas de estímulo contrárias às normas da OMC, além de apoiar esforços de monitoramento de medidas capazes de afetar o comércio. Vários participantes concordaram em organizar um encontro ministerial antes da cúpula de abril do G20 e após. Seguindo o programa de intensificação do comércio Sul-Sul, Amorim aproveitou para conversar a respeito de um acordo comercial entre o Mercosul, a Índia e a União Aduaneira Sul-Africana (Sacu) com os ministros de Comércio da Índia, Kamal Nath, e da África do Sul, Mandisi Mphahlela (O Estado de S. Paulo – Economia – 01/02/2009; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/02/2009; O Globo – Economia – 01/02/2009).

Itália voltou a solicitar o apoio da UE no caso Battisti

O ministro das Relações Exteriores da Itália, Franco Frattini, solicitou pela segunda vez que a União Europeia (UE) se posicione sobre o asilo político concedido pelo Brasil ao ex-militante do grupo *Proletários Armados pelo Comunismo*, Cesare Battisti. Battisti, que está preso em Brasília, é alvo de uma batalha judicial, dado que o governo italiano pede sua extradição alegando que ele cometeu quatro homicídios entre 1977 e 1979 e já foi condenado à prisão perpétua. Para Frattini, a alegação brasileira de que Battisti correria risco de morte caso fosse extraditado para a Itália colocou em dúvida a solidez democrática e constitucional de um país da UE. Quando a Itália pediu que a UE se pronunciasse sobre a questão, a Comissão Europeia informou que não tem competência para intervir na relação bilateral entre o país e o Brasil (Folha de S. Paulo – Brasil – 02/02/2009; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/02/2009; O Globo – O País – 02/02/2009).

FARC libertaram reféns; Brasil participou da operação de resgate

No dia 01 de fevereiro, a missão de resgate de reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), organizada pela Cruz Vermelha Internacional e que contou com apoio logístico de helicópteros do 4º Batalhão do Exército Brasileiro, cumpriu com êxito a primeira parte da operação que tinha por objetivo resgatar seis pessoas. Três policiais e um militar sequestrados desde 2007 foram resgatados e levados para Villavicencio, a 115 km de Bogotá. De acordo com o Exército, a tripulação brasileira não reportou contratempos importantes durante a operação, apesar de a libertação dos reféns ter sido realizada numa localização diferente da primeira repassada ao piloto brasileiro. A ação foi classificada, pelo Brasil, como operacionalmente simples, mas politicamente complicada. Os dois helicópteros do Exército brasileiro ainda auxiliaram na libertação de Alan Jara, ex-governador de Meta, e do ex-deputado Sigifredo López, que foi o último dos seis sequestrados que a guerrilha prometeu libertar de forma unilateral. Com o gesto, as Farc esperam facilitar a negociação de um acordo de paz com o governo (Folha de S. Paulo – Mundo – 01/02/2009; O Estado de São Paulo – Internacional – 01/02/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 02/02/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/02/2009; O Globo – O País – 02/02/2009; O Globo – O Mundo – 03/02/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/02/2009; O Globo – O Mundo – 05/02/2009).

Parlamento Europeu pede extradição de Battisti

A pedido do ministro das Relações Exteriores da Itália, Franco Frattini, o Parlamento Europeu, que tinha aprovado a proposta de colocar em sua pauta de discussão o caso Cesare Battisti, aprovou uma resolução que pede ao Brasil que reconsidere o refúgio concedido ao terrorista italiano. Os deputados solicitaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que leve em conta a sentença da Justiça italiana, tomada de acordo com os princípios legais da União Europeia. O Planalto e o Itamaraty minimizaram a manifestação; segundo o ministro de Relações Exteriores Celso Amorim, o pedido foi feito de maneira muito delicada e respeitosa. Em Brasília, o Itamaraty informou que a missão do Brasil junto à União Europeia enviou aos parlamentares europeus um texto com esclarecimentos sobre o processo legal envolvendo o caso Battisti. No texto, assinalou que há uma lei no país delegando ao ministro da Justiça a tarefa de conceder o status de refugiado (O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/02/2009; Folha de S. Paulo – Brasil – 06/02/2009; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/02/2009; O Globo – O Mundo – 06/02/2009).

UE é acusada pelo Brasil de prejudicar o comércio de genéricos

O Brasil expôs na terça-feira, dia 3, à Organização Mundial do Comércio (OMC)

seu mal-estar pela retenção, na Holanda, de um carregamento de meia tonelada de um remédio genérico contra a hipertensão ocorrida em dezembro passado. O caso envolve um carregamento encomendado por uma empresa brasileira a um produtor indiano. Quando foi retida, a carga estava em trânsito no porto de Roterdã e, depois de ter sido liberada, em vez de seguir para o Brasil, voltou à Índia. A União Europeia (UE) assegurou que a retenção da carga foi legal e negou que sua intenção tenha sido impedir o comércio legítimo de medicamentos genéricos. A UE também ofereceu ao Brasil e à Índia toda a informação sobre as razões pelas quais o carregamento foi retido. Na reunião, o Brasil declarou que a decisão de impedir o trânsito do carregamento de remédios genéricos é inaceitável e cria um perigoso precedente. Além disso, afirmou ter informações de que não se trata de um caso isolado. O assunto poderá ser levado ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC, que é o encarregado de resolver litígios entre países. No entanto, nem Brasil nem Índia deram indícios de que fariam essa opção (O Estado de S. Paulo – Vida &– 03/02/2009; O Estado de S. Paulo – Vida &– 04/02/2009).

Brasil exporta *know-how* na área de monitoramento de áreas florestais

De 4 a 6 de fevereiro, mais de 30 países participaram de um encontro no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos, para aprender mais sobre os sistemas de avaliação do desmatamento por satélite, criados pela instituição e considerados referência mundial. O objetivo da reunião foi fornecer informações e compartilhar conhecimento técnico para que esses países possam desenvolver seus próprios programas de monitoramento. A reunião serviu também para que Indonésia, México, Panamá, Paraguai, Suriname, Costa Rica e Vietnã, entre outros participantes, discutissem a REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação em Países em Desenvolvimento), que deverá ser um dos temas-chave da próxima reunião da ONU sobre clima, que vai acontecer no fim do ano, em Copenhague (O Globo – Ciência – 04/02/2009).

Ministro do STF admite extradição

O ministro Celso de Mello admitiu a possibilidade de a Corte mudar seu entendimento sobre julgamento de processos de extradição em caso de concessão de refúgio. Até agora, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendia que, havendo refúgio, o processo de extradição seria arquivado. Se o Supremo mudar o entendimento, o ex-militante italiano Cesare Battisti pode ser extraditado, apesar de ter recebido do governo brasileiro a condição de refugiado. Mello explicou que uma lei dá ao Ministério da Justiça o direito de decidir sobre a concessão de

refúgio. Ao mesmo tempo, cabe ao STF julgar extradições. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmou que o governo deu por encerrada a questão envolvendo o asilo a Cesare Battisti e argumentou que as relações históricas entre Itália e Brasil não podem ser comprometidas com assuntos que ocorrem dentro da esfera de soberania de cada país. O ministro das Relações Exteriores da Itália, Franco Frattini, disse não ser este o momento de falar em represália diplomática contra o Brasil e que não há hipótese de o Brasil não ser convidado para a cúpula do G8, que reúne os sete países mais ricos do mundo e a Rússia (O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/02/2009; O Globo – O País – 04/02/2009; O Globo – O País – 05/02/2009).

Uribe agradece apoio brasileiro

O presidente colombiano, Álvaro Uribe, telefonou nesta quinta-feira, dia 5, para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para agradecer pelo apoio do Brasil na missão de resgate dos reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O Brasil forneceu helicópteros e tripulação para a operação. Em contrapartida, o governo brasileiro parabenizou a Cruz Vermelha e a Colômbia pelo sucesso no resgate aos seis reféns que as Farc libertaram. Em nota, o Itamaraty disse esperar que as libertações tragam novas perspectivas para o processo de paz e reconciliação de todos os colombianos (O Globo – O Mundo – 05/02/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/02/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/02/2009; O Globo – O Mundo – 06/02/2009).

Governo italiano cancela missão comercial em Santa Catarina

O governo da Itália cancelou uma missão oficial, integrada por representantes do Ministério da Saúde italiano, que viria ao Brasil com o objetivo de negociar acordos no setor de comércio de carnes. O deputado Paulo Bornhausen afirmou que a decisão brasileira sobre o ex-integrante do grupo Proletários Armados pelo Comunismo está dificultando as exportações de Santa Catarina para a Itália. De acordo com o relato do parlamentar, produtores que exportam carne ao país receberam sinais de que a comissão do governo italiano na área sanitária não viria mais ao estado para concluir o processo comercial. Itamaraty e fontes da embaixada italiana negam que o cancelamento tenha relação com o caso Battisti. O secretário de Agricultura de Santa Catarina, Antonio Ceron, disse, porém, ter sido informado por três integrantes da comitiva que não pertencem oficialmente ao governo que o motivo foi a não-extradição de Battisti. Segundo o Itamaraty, não havia visita oficial marcada, só intenções, inviabilizadas por questões de "agenda". O embaixador da Itália no Brasil, Michelle Valensise, telefonou duas vezes para o secretário de Agricultura de Santa Catarina, Antônio Ceron, negando o

cancelamento (O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/02/2009; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 06/02/2009).

Brasil tenta evitar veto a cidadãos na Europa

O Itamaraty negocia com Grã-Bretanha, França, Portugal e Itália a criação de um mecanismo bilateral para evitar o veto à entrada de brasileiros nesses países e estimular a cooperação entre as autoridades de imigração. Um acordo semelhante ao fechado ano passado com a Espanha para tentar melhorar o atendimento a brasileiros, evitando exageros que levem à retenção e à deportação. Segundo o embaixador Oto Agripino Maia, subsecretário das Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty, o governo prepara ainda um folheto com informações básicas para brasileiros sobre as exigências dos principais países de destino turístico e de negócios para evitar a principal causa da proibição de ingresso: problemas de comunicação ou de falta de documentos (O Globo – Economia – 05/02/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/02/2009).

Rússia mantém restrições à carne brasileira e Brasil negocia com trigo

O Brasil teve as cotas de exportações de suínos e frangos reduzidas pelo governo russo. Ainda não há estimativa oficial de perdas com as medidas, consideradas protecionistas pelos exportadores brasileiros. Dados divulgados pelo Serviço de Aduanas da Rússia indicam que as últimas ações adotadas pelo governo para proteger a indústria nacional reduziram em 28% a arrecadação do imposto de importação em janeiro. Para convencer os russos a aumentarem as cotas de importação, o governo brasileiro tem um trunfo: a intenção da Rússia de vender trigo para o mercado brasileiro como alternativa às dificuldades na compra do cereal da Argentina. A moeda de troca, segundo o Ministério da Agricultura, será uma postura mais flexível do país em relação à carne brasileira. Se tudo correr bem, um acordo nesse sentido será fechado em maio deste ano. Ainda de acordo com o ministro da Agricultura, enquanto as negociações prosseguem, o governo brasileiro vem concentrando esforços para abrir novos mercados, como China, Filipinas, Japão, Malásia e Indonésia (O Globo – Economia – 06/02/2009).

Governo brasileiro teme protecionismo crescente

O secretário do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Welber Barral, declarou esperar uma revisão da idéia apresentada pelo governo dos Estados Unidos no plano "Buy America". O governo brasileiro teme os efeitos protecionistas contidos no plano, aprovado em 04 de fevereiro, pelo Senado americano. O plano obrigará empresas financiadas pelo governo americano a utilizarem-se de insumos nacionais ou comprados de países signatários do "Acordo de Compras Governamentais" da Organização Mundial do Comércio

(OMC). Não-parte do tratado, o Brasil poderá ter suas exportações de aço prejudicadas pelo mesmo. A diplomacia brasileira entrou em processo de negociações com os americanos pela alteração das cláusulas do plano, e segundo Barral, poderá recorrer à OMC caso este entre em moção. O Itamaraty alegou preocupação quanto à natureza protecionista das medidas adotadas em meio à crise econômica internacional. Em nota, o Itamaraty apontou o aspecto negativo do reforço do protecionismo no plano “Buy America” frente às iniciativas de cooperação internacional para resolução da crise econômica (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 07/02/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 07/02/2009; O Globo – Economia – 07/02/2009).

Segundo OCDE, Brasil encontra-se em desaceleração

Uma análise da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), apontou desaceleração da economia brasileira no mês de dezembro. No relatório, a Organização alegou suas dúvidas quanto a se o país terá uma desaceleração menos dramática, ou simplesmente retardada com relação aos demais países. Segundo a OCDE, as grandes economias desenvolvidas já se encontrariam na pior desaceleração desde a crise petrolífera da década de 70. O Brasil, por sua vez, demonstrou desaceleração de -1,8 pontos, frente a uma de -6 pontos de economias como Rússia e Turquia (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 07/09/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 07/02/2009).

Brasil aciona OMC contra protecionismo

No dia 9 de fevereiro, o Brasil acionará a Organização Mundial do Comércio (OMC) para que haja um monitoramento do impacto dos pacotes de ajuda às indústrias dos países desenvolvidos, temendo uma onda internacional de protecionismo e nacionalismo. Para o Itamaraty, as operações de socorro a empresas distorcem e diminuem a competitividade dos países emergentes, que dependem das exportações para alavancar o crescimento, afetando diretamente seu desenvolvimento. A OMC se reunirá em caráter emergencial no mesmo dia para discutir os efeitos da crise da economia no comércio internacional. O presidente Lula, além de recorrer à OMC, irá a Washington debater a questão com o presidente norte-americano, Barack Obama. No entanto, diante da atual conjuntura, o Brasil está considerando, juntamente com a Argentina, aumentar as tarifas de entrada de produtos no Mercosul (O Estado de S. Paulo – Economia – 08/02/2009; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 08/02/2009).

Ministério estuda militarização da aviação regional Amazônica



O ministro dos Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, estuda o projeto de retirada do comando da aviação na região Amazônica do setor da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) para devolvê-lo à Aeronáutica. A proposta encontra resistências no ministério da Defesa e ainda não foi oficialmente divulgada (O Globo – O País - 08/02/2009).

Empresa Brasil-Ucrania reclama de atraso no programa espacial

A Alcântara Cyclone Space (ACS), binacional Brasil-Ucrânia, advertiu que o Brasil não tem cumprido sua parte na parceria internacional para o lançamento do primeiro foguete Cyclone-4, previsto para julho de 2010. Segundo a empresa, o projeto está atrasado, principalmente, porque o governo federal brasileiro não teria definido a posse da área próxima à base da Aeronáutica, onde deve ser construída a base de lançamento acordada. Em resposta às pressões ucranianas, o presidente da parte brasileira da ACS, Roberto Amaral, disse que as questões inibidoras do projeto não dependem da ACS (O Globo – O País – 08/02/2009).

Brasil pode perder vaga na Unesco

A vaga praticamente garantida do Brasil para o cargo do novo diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) pode ser ameaçada devido a indecisão brasileira em declarar o candidato oficial do país, que abre precedentes para que o Oriente Médio e o Leste Europeu reivindicuem candidatos próprios. Além da candidatura nacional ser vista com simpatia por diversos países, seria, em tese, a vez da América Latina indicar o dirigente da organização, porém, mesmo com toda a conjuntura favorável, o Brasil pode perder o posto caso demore mais na escolha de seu candidato, entre o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e o atual vice da instituição Márcio Barbosa, que deve ser feita até maio. Após a derrota na escolha para outras seis entidades internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, o Brasil não pretende arriscar e tende a indicar Barbosa que já está na instituição, no entanto, a escolha deve se prolongar até o fim do prazo (O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/02/2009).